

## Relatos Históricos dos Séculos XVIII e XIX: Povos Indígenas e Plantas nas Margens do Alto Rio Tapajós

Natália Cristiana Pereira Pinheiro\*

PINHEIRO, N. C. P. Relatos Históricos dos Séculos XVIII e XIX: Povos Indígenas e Plantas nas Margens do Alto Rio Tapajós. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 186-202, 2024.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo aprofundar a análise das referências históricas compreendidas entre os séculos XVIII e XIX, explorando as espécies botânicas e práticas agroecológicas dos povos indígenas na região do Alto Rio Tapajós. Busca-se estabelecer um diálogo entre a etnohistória, etnobotânica e arqueologia, visando contribuir para a compreensão da construção de florestas culturais ao longo do rio Tapajós. Utilizando como base exemplos de povos do Tronco Tupi (Apiaká, Kaiabi, Munduruku e Sateré-Mawé), este estudo se propõe a examinar as complexas relações entre comunidades indígenas e a agrobiodiversidade, evidenciando a riqueza cultural e os sistemas de manejo antigo na região.

**Palavras-Chave:** Florestas culturais; Alto Tapajós; Etnobotânica; História Indígena; Povos originários.

### Introdução

Documentos históricos são uma fonte de acesso ao conhecimento ancestral indígena sobre práticas agroecológicas na Amazônia. Sem conhecermos tais práticas será difícil compreendermos a formação da agrobiodiversidade na floresta tropical. À medida que o contexto ambiental passa a ser compreendido em paralelo aos aspectos culturais e sociais, sob uma perspectiva temporal, é possível explorar o processo de acumulação de plantas (Balée 2000). Esse processo se desenrola no momento em que pessoas fazem escolhas criteriosas de espécies botânicas para suas roças, colhem frutos ao longo de caminhos, (trans)plantam

árvores frutíferas nos quintais e realizam o intercâmbio de raízes tuberosas ou mudas de plantas (por exemplo, Anderson & Posey 1985; Posey 1986; Carneiro 1986; Politis 1996; Balée 1998, 2006). Tais caminhos representam maneiras de transmitir horizontalmente as plantas e os conhecimentos sobre elas, muitas vezes, por meio de entroncamentos culturais. Acredita-se que tal processo ocorra desde o início da colonização humana na Amazônia, há mais de 11 mil anos (Shock & Moraes 2019).

Ao apropriarem-se e atribuírem significado ao universo vegetal, as pessoas não apenas acumulam conhecimento, mas também o ampliam e transformam, gerando uma compreensão em constante desenvolvimento acerca dos vegetais e das florestas. Essa sabedoria é também transmitida de maneira horizontal, consolidando-se em um processo dinâmico e contínuo de maturação do entendimento humano sobre a relação

\* Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: pinheironatalya@gmail.com.

intrínseca entre comunidade e ambiente vegetal ao longo do tempo (Descola 2003).

O acúmulo da diversidade, entendido como uma prática *per se* (Cunha 2017), manifesta-se como uma atividade de longa duração na Amazônia. Desde o período anterior à invasão europeia os modos como as pessoas se relacionam com o meio externo e suas especificidades denotam uma relação de familiaridade e coparentalidade. A coparentalidade refere-se à concepção de que as sociedades indígenas, muitas vezes, entendem o meio ambiente e suas componentes naturais como co-participantes e co-criadores em um processo de cuidado mútuo (Fausto, 2008; Oliveira 2008; Descola 2003).

Nesse contexto, o ambiente é visto não apenas como um recurso a ser explorado, mas como um parceiro ativo em um relacionamento de reciprocidade e cuidado. Essa visão implica um vínculo profundo e responsável com a natureza, no qual as práticas de cultivo e manejo são orientadas por uma ética de reciprocidade e manutenção do equilíbrio ambiental (Oliveira, 2008). Assim, ao buscar estreitar seus laços com o meio ambiente por meio do cultivo, as populações indígenas acabam por criar novas variedades de plantas e moldar a paisagem de maneiras que refletem essa relação coparental (Furquim 2018; Fausto & Neves 2018).

Com o surgimento de novas variedades, percebe-se uma ampliação na diversidade de plantas cultivadas. No entanto, o contato dos povos originários com os europeus resultou em um colapso demográfico e na fragmentação das redes ameríndias estabelecidas por toda a Amazônia, assim como em uma significativa erosão genética de plantas (Clement 1999). Em outras palavras, muitas plantas domesticadas ou em estágio avançado de domesticação retornaram ao estado silvestre ou desenvolveram características semelhantes às de seus ancestrais não domesticados, passando a se comportarem como ferais ao retornarem aos ambientes naturais e adaptarem-se às novas condições. Tal fenômeno pode ser entendido como endoferalidade, que ocorre quando indivíduos de uma população doméstica escapam para ambientes nos quais conseguem

sobreviver e se reproduzir (Gering et al. 2019). Assim, a feralização de plantas em contextos históricos e pós-coloniais exemplifica como espécies cultivadas podem reverter esse processo e adaptarem-se às novas realidades culturais e ecológicas.

O avanço da colonização na Amazônia é documentado por meio de cartas, ilustrações e relatórios. Nas expedições conduzidas por cronistas, missionários, agentes oficiais e naturalistas, alguns relatos históricos informaram sobre o complexo gradiente de cultivo e manejo desenvolvido por povos indígenas. Nos séculos XVIII e XIX, os modos de vida e os saberes tradicionais de povos identificados nas margens do alto rio Tapajós atraíram a atenção de viajantes europeus, que registraram as espécies botânicas utilizadas e as práticas econômicas.

Este artigo tem o objetivo de aprofundar reflexões sobre a influência humana na composição florística encontrada nas margens do alto rio Tapajós. Para alcançar esse objetivo, foi conduzido um estudo interdisciplinar que estabelece um diálogo entre a etnohistória, a etnobotânica e a arqueologia. A intenção é oferecer uma contribuição para a compreensão da formação da indigeneidade nas florestas amazônicas. Ao focar nas práticas agroflorestais dos povos Apiaká, Kaiabi, Mundurucu e Sateré-Mawé, espera-se colaborar para um entendimento mais amplo da dinâmica cultural das florestas amazônicas. Essas práticas agroflorestais antigas também seriam importantes para compreender os ciclos extrativistas ocorridos na Amazônia desde o período colonial e que seguem até o presente (e.g. açaí, castanha, cacau, entre outros).

O estudo parte de uma análise documental de estudos arqueológicos e etnobotânicos e de pesquisa etnohistórica do alto rio Tapajós, com ênfase em autores como Hércule Florence (2007 [1876] e Antônio Gonçalves Tocantins (1877). Nosso estudo teve como objetivo principal a identificação dos vegetais usados e as práticas agroflorestais na região mencionada. Adotamos uma abordagem crítica para identificar padrões, lacunas e divergências nos documentos, buscando validar as informações por meio da

comparação com outras fontes secundárias e, sempre que possível, com dados primários de relatórios de expedições, diários de viajantes e registros oficiais. Essa metodologia nos permite uma interpretação contextualizada das fontes, de modo a enriquecer o entendimento da relação entre os povos indígenas e o ambiente. É importante destacar que estudos anteriores na área da arqueologia utilizaram da pesquisa de relatos etnohistóricos para discutir sobre o uso de plantas e o conhecimento tradicional sobre o ambiente, como demonstrado nos trabalhos de Noelli (1998) e Noelli *et al* (2019) sobre a classificação Guarani.

### **Relatos históricos, povos indígenas e plantas**

A topografia da região do alto rio Tapajós, marcada por seus acidentes geográficos como corredeiras e cachoeiras, desempenhou um papel importante para retardar o avanço da colonização europeia. Inicialmente sob os domínios espanhóis, contrastava significativamente com a área jusante, que desde os primeiros contatos estava sob influência portuguesa (Rocha 2017). No entanto, a partir de meados do século XVIII, esse cenário começou a mudar. O alto curso do rio deixou de ser controlado pelos espanhóis, tornando-se uma região livre para navegação e exploração por magistrados, capuchinhos e naturalistas. A alteração de status possibilitou uma intensa exploração e registro de informações por parte de diversos agentes.

No século XVIII, após a saída de Marquês de Pombal, os registros eram produzidos por militares e magistrados cujos textos eram marcados por sua superficialidade e falta de informações relevantes sobre os povos originários e seus aspectos culturais (Rocha 2017: 82-83). No século seguinte, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, Dom João VI incentivou expedições científicas por todo o país e abriu os portos para nações amigas. Esse estímulo resultou em relatos mais detalhados e ricos, que abrangiam informações sobre as populações locais, a flora, a fauna e outros aspectos relevantes (Schultz 2008).

O alto rio Tapajós tornou-se cenário de diversas expedições, incluindo aquelas lideradas por Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius entre 1817-1820; Georg Heinrich Langsdorff e Hercule Florence entre 1824-1829; Henry Walter Bates de 1848 a 1859; João Barbosa Rodrigues em 1875; Antônio Manoel Gonçalves Tocantins em 1875-76; Charles Frederick Hartt em 1885; e Henri Coudreau em 1897.

As expedições científicas no alto rio Tapajós proporcionaram um aumento nas informações detalhadas sobre os povos indígenas, suas estratégias econômicas, o uso de plantas, o comércio, entre outros aspectos. Esses estudos científicos atraíram a atenção de europeus que participaram das expedições e se dedicaram a registrar minuciosamente cada faceta observada. Além disso, na primeira metade do século XIX, o rio Tapajós era conhecido como a comarca da Mundurukânia, abrigando aldeias em toda a área do alto Tapajós, desde a confluência dos rios Teles Pires e Arinos até o baixo Tapajós, incluindo também o baixo Madeira (Aires de Casal 1817).

Os Munduruku estavam em processo de expansão territorial que se deu por meio de expedições guerreiras, predominantemente terrestres, que alcançavam de áreas próximas a Belém, atual capital do estado do Pará, até Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso (Tocantins 1877; Bates, 1914). Durante essas expedições, que poderiam se estender por vários dias, os guerreiros frequentemente levavam suas famílias e estabeleciam acampamentos temporários.

Durante tais expedições, caracterizadas por uma combinação de estratégias de guerra e econômica, é considerado que os guerreiros Munduruku consumissem animais provenientes da caça ou pesca, juntamente com vegetais locais. O descarte deliberado de sementes ao longo das trilhas por onde passavam desempenharia um papel ativo no processo contínuo de manejo florestal. O método utilizado, comparável ao observado entre os Kayapó e os Nukak, contribuiria para promover espécies botânicas economicamente úteis e concentrar recursos botânicos

(c.f. Posey 2004; Politis 1996). Tal método não só delineava a relação dos Munduruku com a terra, mas também evidenciava uma estratégia de regeneração e do favorecimento de espécies benéficas ao longo do tempo.

Nessas expedições guerreiras, a incorporação de cativos indígenas na comunidade Munduruku, incluindo crianças e mulheres, era uma ocorrência comum. Um relato do século XIX de Antonio Gonçalves (1877: 84) registra essa dinâmica ao visitar uma aldeia Munduruku no Tapajós: “[...] Mas aqui devo observar que os Mundurucús fazem frequentes guerras a outros gentios seus inimigos, com o fim precisamente de aprisionar mulheres moças e crianças, e não de mata-las. Matam sim os homens, cujas cabeças conservam como trophéus”.

A incorporação de mulheres de outros povos indígenas por meio do matrimônio com homens Munduruku poderia enriquecer o repertório ambiental e cultural desse povo.

Com a incorporação, ainda que muitas vezes involuntária, poderia facilitar uma troca de saberes que abrangia desde práticas agroecológicas até métodos de cultivo e manejo dos recursos e ainda o compartilhamento de receitas alimentares tradicionais.

Na expedição de Hercule Florence (2007), realizada em conjunto com Georg Langsdorff durante 1824 e 1829, enquanto documentava o curso do rio Tapajós, ele também registrou visualmente a riqueza cultural dos povos que habitavam suas margens. Ao alcançar as águas do rio Arinos, Florence deparou-se com a comunidade indígena Apiaká, cuja língua pertence à família Tupi-Guarani. Os registros visuais desse encontro revelam a singularidade da vida dos Apiaká, como suas casas cobertas com palhas de palmeiras e o uso de pigmentos naturais provenientes do urucum (*Bixa orellana*) e jenipapo (*Genipa americana*) para adornar seus corpos (Fig. 1).



Fig. 1. O povo Apiaká no rio Arinos. Ilustração de H. Florence.

Fonte: Florence (2007).

As ilustrações minuciosas de Florence também capturam a rotina cotidiana, mostrando duas indígenas utilizando um pilão para moer algum vegetal. Ao fundo, destacam-se árvores frutíferas, criando um panorama que ultrapassa a simples representação visual. Tais registros não se limitam a documentar a paisagem e cultura dos povos indígenas, eles proporcionam uma janela para as práticas cotidianas, destacando o uso e a manipulação de plantas por indígenas.

Em 1827, na sua jornada ao longo do rio Tapajós, Florence atinge uma das numerosas

aldeias Munduruku que pontuam as margens do rio e detalha o processamento da mandioca pelas mulheres (Fig. 2). No interior de uma habitação Munduruku, com redes penduradas por todo lado, o cenário revela algumas mulheres dedicadas à tarefa de esmagar a mandioca utilizando um pilão, enquanto outras se dedicam à extrair o suco venenoso da raiz<sup>1</sup>. Em seguida, a massa resultante é cuidadosamente colocada em grandes vasilhas de barro, dispostas sobre fogueiras para dar início ao processo de secagem.

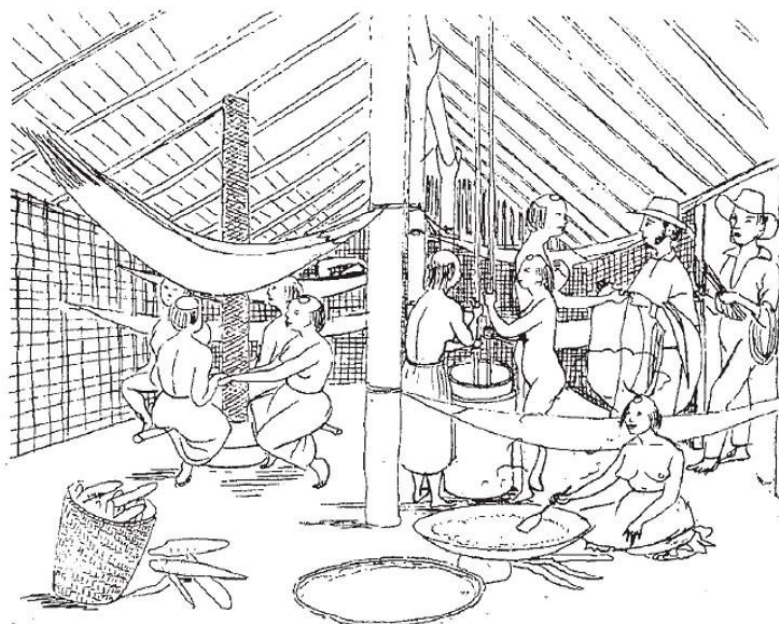


Fig. 2. O interior da casa Munduruku no rio Tapajós. Ilustração de H. Florence.

Fonte: Florence, 2007.

Um exame mais detalhado revela a presença de um jamanxim, cesto feito com fibra de palmeira trançada, ao lado do qual uma mandioca está disposta no chão, próximo a uma mulher Munduruku envolvida na preparação de um prato com esse vegetal. O registro feito por Florence não apenas oferece uma visão do laborioso trabalho das mulheres Munduruku na produção da mandioca, mas também destaca a relação íntima entre a comunidade e os recursos naturais. Evidencia-se uma prática

ancestral que contribui para a economia das comunidades indígenas.

1 O suco venenoso da mandioca, também conhecido como “suco de mandioca brava”, é uma substância tóxica presente na raiz da mandioca brava (*Manihot esculenta*), uma variedade da planta. Esse suco contém cianeto, que é liberado quando a mandioca é ralada ou espremida, sendo uma medida de defesa natural da planta contra insetos e animais que tentam consumi-la. No processo de preparação da mandioca para consumo humano é essencial remover ou neutralizar esse suco venenoso por meio de técnicas como prensagem, fermentação ou cocção.

Na expedição liderada por Antônio Manoel Tocantins, iniciada em 1875, foi alcançada uma das primeiras aldeias do povo Munduruku, situada no rio Cururu, em uma área de campina. Durante sua jornada, o explorador elaborou uma espécie de etnografia que abordou diversos aspectos da vida dos Munduruku, desde elementos religiosos até histórias relacionadas à origem da criação de seus animais. Segundo Tocantins (1877), mais de 50 plantas, representadas por 29 espécies e 48 gêneros, eram utilizadas pelo povo Munduruku, seja para fins alimentares, medicinais, entre outros. As plantas registradas eram encontradas em áreas de roçados, pomares, capoeiras e locais frequentemente visitados ou de fácil acesso (Horton 1948).

Os vegetais utilizados pelos Munduruku fazem parte de um intrincado sistema de manejo e cultivo, no qual estratégias eram desenvolvidas para promover o crescimento dessas plantas em áreas habitadas anteriormente. A escolha estratégica de estabelecer aldeias em lugares com terra preta antropogênica reflete uma profunda compreensão do ambiente, visando garantir o sucesso das colheitas ao longo do tempo (Hartt, 1885; Rocha, 2017). Essa prática evidencia a sabedoria do povo Munduruku, bem como destaca um entendimento aprimorado sobre a paisagem circundante, tornando-a mais vantajosa para a ocupação Munduruku.

A introdução da mandioca marcou o início do cultivo de plantas pelos Munduruku, conforme relatado em suas narrativas históricas. Segundo Antônio Tocantins (1877: 87), o demiarço Caru-Sacaebê, em Necedemos<sup>2</sup>, teria preparado o campo e semeado. Após as primeiras chuvas, brotaram uma variedade de plantas alimentícias e medicinais, incluindo mandioca, milho, batata, cará e algodão. Ele também ensinou a construir forno e preparar farinha de mandioca.

A presente narrativa evidencia a transição para o cultivo e a diversificação das plantas

cultivadas. Antes da mandioca, a alimentação dos Munduruku era composta por uma “batata grande, parecida com inhame”, denominada korojōjō’a, ralada com uma ferramenta de rocha chamada “wita” (Munduruku, 2019: 25). Há especulações de que essa batata possa ser semelhante à batata-mairá (*Cassimirella* sp.), um cultivo consumido na região do rio Purus por povos indígenas como os Mura e Jamamadi antes da introdução da mandioca (Santos, 2016; Amoroso, 2020), o que abre espaço para investigações por meio de análises arqueobotânicas em artefatos líticos encontrados em territórios anteriormente habitados pelos Munduruku (Pinheiro, 2021).

Além disso, conforme mencionado por Munduruku (2019), os assadores cerâmicos eram utilizados para assar um pão feito com massa extraída da castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) e envolto em folhas de bananeira. Os pães também poderiam ser preparados com o babaçu (*Attalea speciosa*) e a korojōjō’a (batata-mairá?). A diversidade de vegetais empregados na produção de pães-de-índio, conforme indicado por análises microarqueobotânicas dos pães encontrados na Terra Indígena Jakareúba/Katawixi, destaca a complexidade das receitas indígenas, incluindo grãos de amido de milho, mandioca, pimenta, batata-mairá e outros (Santos *et al.*, 2021). A identificação da batata-mairá nesse estudo oferece uma perspectiva interessante sobre as práticas alimentares, o que permitiria tentar recuperar vestígios desse vegetal em territórios associados à ocupação de ancestrais do povo Munduruku.

Outra possibilidade a ser considerada é que vegetais como a batata e o babaçu, bem como os pães, poderiam ter desempenhado um papel significativo nas expedições guerreiras realizadas pelo povo Munduruku. Apesar da falta de registros históricos específicos ou pesquisas recentes que estabeleçam diretamente a relação entre esses alimentos e os períodos de deslocamento dos Munduruku, é possível supor que tais recursos tenham sido importantes em contextos de mobilidade e disputas territoriais.

Conforme evidenciado por Cascon *et al.* (2022: 523-524), entre os Asurini do Xingu, alguns recursos florestais, como o babaçu,

2 Retifica-se que o nome da aldeia Necedemos está errado. Conforme salientado por Munduruku (2019: 23), o nome correto seria Dekojlm ou Decodemas, localizada nas campinas do alto curso do rio Cururu.

eram essenciais para a alimentação durante períodos de fuga e deslocamento. Esses dados etnográficos sugerem que a escolha de alimentos durante momentos de crise pode estar fortemente ligada à disponibilidade e à funcionalidade dos recursos naturais. Embora o contexto dos Asurini não seja idêntico ao dos Munduruku, a similaridade na importância de recursos florestais para sustento em períodos de deslocamento sugere que uma análise aprofundada da dieta dos Munduruku durante expedições guerreiras poderia revelar um padrão semelhante. A integração de estudos etnobotânicos adicionais e análises arqueológicas poderia ajudar a esclarecer a importância desses alimentos e fornecer uma compreensão mais completa das estratégias alimentares empregadas pelos Munduruku em situações de mobilidade e conflito.

A expedição de Henri Coudreau, realizada em 1895-1896, foi encomendada pelo governador do estado do Pará com o objetivo de realizar um levantamento cartográfico do rio Tapajós e fornecer informações detalhadas sobre os povos indígenas. Coudreau 1977 [1879] começou no baixo Tapajós e encerrou no baixo Teles Pires. Durante a expedição, o naturalista encontrou aldeias do povo Munduruku nas margens do alto rio Tapajós e nas campinas, além de nos afluentes Crepori, Tropas, Jamanxim, Cururu, Juruena e Teles Pires.

Ao adentrar mais o rio Tapajós, especialmente na Ilha da Montanha, próxima ao município de Itaituba, Coudreau (1977 [1879]) encontrou indígenas da etnia Sateré-Mawé. O naturalista registrou uma diversidade de plantas importantes para alimentação desse povo, além das conhecidas mandioca e milho, ele mencionou o uso de uma ampla variedade de vegetais, incluindo pimenta (*Capsicum* sp.), mamão (*Carica* sp.), banana (*Musa* sp.), batata doce (*Ipomoeae batatas*), cará (*Dioscorea* sp.), caju (*Anacardium occidentale*), buriti (*Mauritia flexuosa*), timbó (*Ateleia glazioviana*), feijão (*Phaseolus* sp.), ingá (*Inga* sp.), urucum e jenipapo. A maioria das plantas identificadas por Coudreau estava presente na área destinada à roça, com exceção do timbó, que é encontrado à

beira do rio. Relatos anteriores, como os de Barbosa Rodrigues (1875), complementam essa narrativa ao descreverem a presença de um “açazinho” (*Euterpe oleracea*) e cajueiros na mesma região. Mais à frente, Coudreau testemunhou os indígenas Sateré-Mawé engajados na atividade de extração de borracha nos seringais, o que evidenciava uma mudança nas prioridades e atividades da comunidade, com uma redução notável no cultivo do guaraná<sup>3</sup> (*Paullinia cupana*).

Ao prosseguir em sua exploração ao longo do alto rio Tapajós, Coudreau (1977 [1879]) deparou-se com outras comunidades étnicas, entre elas os Apiaká, Cajabis [Kaiabi] e Bacaris [Bakairi]. Os Apiaká, pertencentes à família Tupi-Guarani, foram avistados pelo naturalista nas margens do rio Juruena, onde praticavam uma roça de policultura, cultivando uma gama de alimentos fundamentais para sua subsistência, tais como mandioca, milho, batata, cará, feijão e pimenta. Além disso, dedicavam-se cuidadosamente aos seus quintais, onde plantavam araquá (*Psidium* sp.), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), copaiba (*Copaifera langsdorffii*) e mamão (Coudreau 1977 [1897]: 151-152). A prática do cultivo em roças e quintais é uma atividade constante que exige um cuidado diário com as plantas, não apenas para garantir uma boa colheita, mas também para garantir a segurança alimentar da comunidade. Além disso, é interessante destacar que a complexidade de vegetais economicamente úteis em quintais, em alguns lugares, está relacionada com antigas aldeias indígenas próximas, isto é, sítios arqueológicos (Lins et al., 2015). Ou seja, em áreas de ocupações e reocupações humanas, os quintais tendem a ter uma maior diversidade de espécies botânicas.

Quanto aos Kaiabi, também pertencentes à família Tupi-Guarani, historicamente

3 O guaraná é uma planta nativa da região amazônica, reconhecida por suas sementes com altos teores de cafeína. Historicamente, os Sateré-Mawé mantiveram uma tradição secular de cultivo e consumo ritualístico do guaraná, considerado uma planta sagrada em sua cultura (Figueroa 2016). Além disso, desempenharam um papel importante na domesticação dessa espécie.

habitavam a região do médio rio Teles Pires. No contexto atual, devido ao avanço do agronegócio e da colonização, eles ocupam áreas nos rios Peixes, Xingu e baixo Teles Pires. Assim como os Munduruku, os Kaiabi buscam locais previamente manejados para fixar suas aldeias, identificando esses lugares pela presença de terra preta antropogênica (Stuchi 2010). A escolha estratégica de estabelecer roças em áreas com solos escuros reflete a busca por terrenos altamente férteis, ricos em nutrientes, para desenvolver um bom cultivo dos vegetais, em especial os exóticos.

Para assegurar uma colheita bem-sucedida, os indígenas Kaiabi adotam dois tipos de roças. A primeira é dedicada ao cultivo de mandioca e suas variedades, enquanto a segunda, caracterizada como de policultivo, exige solos mais propícios para semear uma variedade de vegetais, como milho, amendoim, batata doce, cana-de-açúcar, pimenta, abóbora, algodão, feijão e cará (Stuchi 2010: 28; Rocha 2018). A prática de cultivo dos Kaiabi é organizada de maneira horizontal e prioriza áreas de capoeira com plantas frutíferas que são de interesse para eles. Isso estabelece um vínculo estreito entre as roças (áreas cultivadas) e as florestas (áreas de capoeira), demonstrando um processo de manejo e cultivo sincrônico. Nesse processo, ambas as áreas coexistem e se transformam de forma recíproca, favorecendo a introdução de espécies botânicas economicamente desejáveis.

As observações realizadas por Coudreau (1977) e por outros exploradores fornecem uma visão sobre o conhecimento botânico e das florestas por parte dos povos indígenas ao longo do rio Tapajós. Ao examinar o intercâmbio de conhecimentos, a introdução de plantas e as estratégias de cultivo, emerge uma narrativa rica que contribui para a compreensão da complexidade e da diversidade cultural e ecológica na região amazônica.

### **É semeando que se colhe: o processo histórico de manejo e uso de plantas no alto Tapajós**

Duas décadas de pesquisas interdisciplinares na Amazônia desmantelaram o mito da floresta

pristina, abrindo espaço para novas hipóteses sobre a formação da agrobiodiversidade na região. O processo histórico de manejo e uso de plantas pela população humana revela sua contribuição para a construção da pluralidade e dominância da comunidade vegetal, especialmente em áreas próximas a antigas aldeias e sítios arqueológicos, com a manutenção da diversidade de plantas conduzida por povos da floresta (Machado 2012, 2014; Lins *et al.*, 2015; Levis *et al.*, 2017, 2018; Balée *et al.*, 2020).

As práticas agroecológicas conduzidas por povos indígenas no período que abrange os séculos XVIII e XIX, revelam uma intrincada teia de sistemas de coleta, cultivo e manejo. Existe uma sobreposição dinâmica entre áreas cultivadas e capoeiras/florestas, com limites fluidos e em constante transformação. A transformação diária dos lugares é evidente tanto para os Munduruku e Apiaká quanto para os Kaiabi, que estabelecem suas aldeias em locais previamente manejados, identificados pela presença de terra preta ou de árvores frutíferas, como o Taperebá (*Spondias mombin*) (Stuchi 2010). A partir desses elementos presentes na paisagem é possível garantir uma colheita abundante e moradia duradoura.

A pluralidade de plantas registradas em relatos históricos e pesquisas recentes do alto rio Tapajós apresenta aproximadamente 30 famílias botânicas, representadas por 61 espécies (Tabela 1). São palmeiras, árvores frutíferas, plantas medicinais, alucinógenas e para uso construtivo. Foram identificadas no rio Tapajós e seus afluentes, tais como: Teles Pires, Cururu e o Juruena. Em análise de macrovestígios botânicos recuperados de um sítio arqueológico do período pré-colombiano, localizado no alto rio Tapajós, identificou-se algumas espécies botânicas mencionadas em relatos históricos para a região (Pinheiro 2021). Algumas das plantas são consideradas manejadas, incluindo o babaçu e a castanha do Pará. No baixo curso do rio, associado ao período anterior à invasão europeia, em pesquisas com macro e microvestígios botânicos foram identificadas plantas como, por exemplo, cacau, murici, batata doce, milho, feijão, entre outras (Alves 2018; Félix 2019).

Família botânica	Espécie	Século	Localização	Fonte
<b>Anacardiaceae</b>	Caju ( <i>Anacardium occidentale</i> L.)	XIX	Alto Tapajós; Teles Pires	Barbosa Rodrigues (1875); Coudreau (1977 [1879])
	Cajuí ( <i>Anacardium</i> sp.)	XX	Teles Pires	Nimuendaju (1948a)
	Manga* ( <i>Mangifera indica</i> L.)	XXI	Teles Pires	Stuchi (2010)
<b>Annonaceae</b>	Araticum ( <i>Annona crassiflora</i> Macf.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
<b>Apocynaceae</b>	Mangaba ( <i>Hancornia speciosa</i> Gomes)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
<b>Aracea</b>	Taioba ( <i>Xanthosoma taioba</i> L.)	XIX	Juruena	Coudreau (1977 [1879])
<b>Arecaceae</b>	Açaí ( <i>Euterpe oleraceae</i> Mart.)	XIX	Teles Pires	Barbosa Rodrigues (1875)
	Bacaba ( <i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Buriti ( <i>Mauritia flexuosa</i> Mart.)	XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1897])
	Buritirana ( <i>Mauritiella aculeata</i> Mart)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Curuá ( <i>Attalea spectabilis</i> )	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Piririma ( <i>Syagrus</i> sp.)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
	Tucumã ( <i>Astrocaryum aculeatum</i> Meyer)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875) Bates (1914)
	Bacuri ( <i>Platonia insignis</i> Mart.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Inajá ( <i>Attalea maripa</i> Drude)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Mucajá ( <i>Couepia bracteosa</i> Benth)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Pataua ( <i>Oenocarpus pataua</i> Mart.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Babaçu ( <i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	<b>Asteraceae</b>	Guanani ( <i>Tomorita</i> sp.)	XX	Arinos
<b>Bignoniaceae</b>	Cuia ( <i>Crescentia cujete</i> L.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
<b>Bixaceae</b>	Urucum ( <i>Bixa orellana</i> L.)	XVII; XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1897])
<b>Bromeliaceae</b>	Abacaxi ( <i>Ananas comosus</i> )	XXI	Baixo Teles Pires	Rocha (2018)
<b>Caricaceae</b>	Mamão* ( <i>Carica papaya</i> L.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Baixo Teles Pires	Coudreau (1977 [1897]); Rocha (2018)

Família botânica	Espécie	Século	Localização	Fonte
Caryocaraceae	Pequiá ( <i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.)	XIX	Alto Tapajós, Cururu	Martins & Spix (1823-31) APUD Nimuendaju (1948b); Tocantins (1877); Bates (1914)
Chrysobalanaceae	Pajurá ( <i>Couepia bracteosa</i> Benth)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Convolvulaceae	Batata doce ( <i>Ipomoea batatas</i> (L.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Baixo Teles Pires	Coudreau (1977 [1897]); Rocha (2018)
Cucurbitaceae	Melancia* ( <i>Citrullus lanatus</i> )	XIX; XXI	Alto Tapajós; Baixo Teles Pires	Nimuendaju (1948c); Rocha (2018)
	Abóbora ( <i>Cucurbita</i> sp.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Cabaça ( <i>Lagenaria siceraria</i> Standl.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Dioscoreaceae	Cará ( <i>Dioscorea</i> sp.)	XIX	Alto Tapajós, Juruena; Cururu; Baixo Teles Pires	Barbosa Rodrigues (1875); Coudreau (1977 [1897]); Tocantins (1877); Rocha (2018)
Euphorbiaceae	Mandioca ( <i>Manihot esculenta</i> Crantz)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Cururu; Teles Pires	Coudreau (1977 [1897]); Tocantins (1877); Stuchi (2010); Rocha (2018)
Fabaceae	Copaíba ( <i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.)	XIX	Juruena	Coudreau (1977 [1879])
	Feijão ( <i>Phaseolus</i> sp.)	XIX	Alto Tapajós; Juruena	Coudreau (1977 [1897])
	Feijão fava ( <i>Phaseolus</i> sp.)	XXI	Baixo Teles Pires	Rocha (2018)
	Feijão - de - lima ( <i>Phaseolus lunatus</i> L.)	XX	Alto Tapajós	Nimuendaju (1948c)
	Ingá ( <i>Inga edulis</i> Mart.)	XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1897])
	Algodão ( <i>Gossypium</i> sp.)	XX	Cururu, Teles Pires, Arinos	Tocantins (1877); Stuchi (2010)
	Amendoim ( <i>Arachis hypogaea</i> L.)	XXI	Teles Pires	Stuchi (2010); Rocha (2018)
	Jutai ( <i>Hymenea</i> sp.)	XX	Arinos	Nimuendaju (1948d)
	Timbó ( <i>Ateleia glazioviana</i> )	XIX	Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1879])
Humiriaceae	Uxi ( <i>Endopleura uxi</i> Cuatrec.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Malpighiaceae	Muruci ( <i>Brysonima crassifolia</i> H.B.K)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Malvaceae	Cacau ( <i>Theobroma cacao</i> L.)	XIX	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)

Família botânica	Espécie	Século	Localização	Fonte
Malvaceae	Cupui ( <i>Theobroma subincanum</i> Mart.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Malvaceae	Cupuaçu ( <i>Theobroma grandiflorum</i> Schum)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Musaceae	Banana* ( <i>Musa</i> sp.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]) Stuchi (2010); Rocha (2018)
Myrtaceae	Araçá ( <i>Psidium</i> sp.)	XIX	Juruena	Coudreau (1977 [1879])
Poaceae	Milho ( <i>Zea mays</i> L.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Cururu; Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]); Tocantins (1877); Stuchi (2010); Rocha (2018)
	Cana-de-açúcar ( <i>Saccharum officinarum</i> )	XXI	Baixo Teles Pires	Rocha (2018)
	Flecha ( <i>Gynerium sagittatum</i> )	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Rubiaceae	Jenipapo ( <i>Genipa americana</i> L.)	XIX	Alto	Coudreau (1977 [1879])
	Café* ( <i>Coffea</i> sp.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Rutaceae	Laranja* ( <i>Citrus sinensis</i> )	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Limão* ( <i>C. limon</i> )	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Sapindaceae	Guaraná ( <i>Paullinia cupana</i> Kunth)	XVIII	Alto Tapajós	Barbosa Rodrigues (1875)
Sapotaceae	Maçaranduba ( <i>Manikara bidentata</i> )	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
Smilacaceae	Salsaparrilha ( <i>Smilax</i> sp.)	XIX	Teles Pires; Alto Tapajós	Coudreau (1977 [1879]); Bates ([1869] 1979)
Solanaceae	Pimenta ( <i>Capsicum</i> sp.)	XIX; XXI	Alto Tapajós; Juruena; Baixo Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]); Rocha (2018)
	Batata* ( <i>Solanum tuberosum</i> )	XIX; XXI	Juruena; Teles Pires	Coudreau (1977 [1879]); Stuchi (2010); Rocha (2018)
	Cumari ( <i>Petroselinum crispum</i> )	XIX	Cururu	Tocantins (1877)
	Tabaco ( <i>Nicotiana tabacum</i> L.)	XIX	Cururu	Tocantins (1877)

**Tabela 1.** Relação das plantas registradas em relatos históricos e pesquisas recentes do alto rio Tapajós.

Tais plantas, identificadas em registro arqueológico, mencionadas em relatos históricos e destacadas em pesquisas recentes, poderiam participar da alimentação dos povos indígenas do alto rio Tapajós há mais tempo do que se pensava. Os primeiros registros, datados do século XVII e produzidos por jesuítas,

lançam luz sobre uma complexa rede de relações ameríndias organizadas por comunidades à jusante do rio Tapajós (Menéndez 1984/1985). Essa rede abrangente não se restringia apenas a trocas de artefatos, como o muiraquitã (Heriarte 1874; Moraes *et al.* 2014), mas também incluía intercâmbios de conhecimentos sobre plantas,

uma prática observada entre os povos das Guianas (Gallois 2005), na região do Médio Solimões (Lopes 2021) e no alto rio Negro (Empeaire 2020).

Além da rede de trocas e relações, a expansão territorial de povos como os Munduruku pode ter levado à adoção de novas plantas em seu repertório de cultivos. A incorporação não teria ocorrido apenas por colaboração, tendo também sido por conquista de territórios que anteriormente eram ocupados por outros povos, muitos dos quais já cultivavam roças. Um processo semelhante foi relatado por Cascon *et al.* (2022), que mencionam que, como resultado do conflito entre os Kayapó e os Asurini, os Asurini perderam o acesso a alguns cultivos e chegaram a empreender expedições para tentar recuperar as plantas perdidas (Cascon *et al.* 2022: 523).

As relações ameríndias presumivelmente existentes por todo o vale do Tapajós, tanto em seu curso inferior quanto superior e entre seus afluentes, revelavam uma interconexão entre os povos indígenas que habitavam as margens e o interior das matas. Por exemplo, a relação estabelecida entre os Tapajós e os povos que estavam longe das margens, que mantinham uma rede de troca entre si (Menéndez 1984/1985). A utilização de plantas comuns e a implementação de práticas agroecológicas semelhantes por povos indígenas fortalecem a ideia de uma colaboração extensa nesse contexto, especialmente considerando a integração involuntária de indivíduos de outras etnias no povo Munduruku por meio de casamentos. As atividades compartilhadas, como o cultivo de vegetais, desempenharam um papel significativo na formação da agrobiodiversidade presente nas florestas do Tapajós.

A relação direta entre seres humanos, plantas e o ambiente circundante resultou em modificações permanentes e visíveis na paisagem, evidenciando a capacidade dessas comunidades em moldar ativamente seu entorno para atender suas necessidades alimentares e culturais, podendo-se falar em “ecossistemas alimentares”. Em vez de simplesmente coletar alimentos da natureza, essas comunidades humanas desenvolveram

técnicas de cultivo, manejo e seleção de plantas que transformaram a paisagem ao seu redor em uma fonte contínua de recursos nutritivos e materiais. Esses “ecossistemas comestíveis” são o resultado de séculos de práticas flexíveis e de conhecimento tradicional, refletindo uma simbiose única entre seres humanos e o ambiente natural.

Ao examinar o levantamento histórico, percebemos que a interação entre a população humana e as plantas na região vai além do simples uso de espécies endêmicas, abrangendo também o cultivo e consumo de plantas exóticas (Tabela 1). O exemplo dos vegetais como o limão, o café, a cana de açúcar e a manga ilustra esse processo de acúmulo de recursos vegetais ao longo do tempo. Essa acumulação revela a plasticidade e resiliência das práticas agrícolas ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, ressalta a notável capacidade adaptativa da população em integrar, de forma contínua, diferentes recursos vegetais em seus modos de vida. A prática do manejo estabelecida pelos povos indígenas no alto rio Tapajós incorporou plantas exógenas, o que significa que mesmo com a introdução de espécies de fora da região, os povos locais continuaram a utilizar técnicas de cultivo e manejo adaptadas ao ambiente amazônico.

Esse fenômeno de acúmulo de plantas não ocorre isoladamente, ele está intrinsecamente ligado a uma série de fatores, como mudanças econômicas, fluxos migratórios e influências de culturas externas. A introdução e incorporação de plantas exóticas podem ser reflexos desses eventos e transformações.

Ao ampliar a perspectiva para um contexto mais amplo, compreendemos que a história botânica da região não é apenas uma narrativa sobre a relação direta entre as comunidades locais e o ambiente circundante. Ela é, de fato, um reflexo das emaranhadas redes de interações humanas, moldando continuamente o uso da flora ao longo de diferentes períodos e lugares. Essa narrativa documenta o conhecimento de povos indígenas sobre a flora e as florestas, assim como destaca a riqueza da diversidade cultural e ambiental que permeia a história da região.

### Considerações finais

A história indígena composta a partir de dados etno-históricos, arqueológicos, antropológicos e histórias orais, oferece uma visão abrangente dos papéis históricos desempenhados pelos povos indígenas na formação da agrobiodiversidade. A indigeneidade intrínseca das florestas é enriquecida pelo vínculo estreito entre as comunidades e as plantas, evidenciado por uma sucessão contínua de atos de semeadura e germinação. É imperativo reconhecer que, sob a copa das árvores, as florestas não são apenas o resultado da ação natural, como também de estratégias engenhosas preservadas por povos originários, transformando-as em meios essenciais para sustentar suas necessidades diárias (Carney & Voeks, 2003).

A partir do levantamento etno-histórico e de pesquisas recentes, foram identificadas 61 espécies de plantas utilizadas durante os séculos XVIII e XIX por povos indígenas como os Munduruku, Apiaká, Kaiabi e Saterê-Mawê. Essas espécies documentadas oferecem uma visão sobre a diversidade da flora e os usos de plantas na região do alto rio Tapajós durante o período mencionado. No entanto, é essencial interpretar esses resultados com cautela. Há uma possibilidade considerável de que muitas espécies não tenham sido registradas nos relatos históricos devido ao desconhecimento ou à falta de interesse dos naturalistas da época.

A amostra de 61 espécies representa apenas uma fração da flora utilizada pelos povos indígenas da região naquele período específico. É provável que muitas outras espécies também estivessem sendo utilizadas para uma variedade de fins, mas não foram documentadas. Isso pode incluir plantas utilizadas para alimentação, medicina, construção, rituais e outros aspectos culturais importantes. A omissão de tais informações nos relatos históricos podem ser atribuída a vários fatores, incluindo a ênfase dos naturalistas em determinadas espécies de interesse econômico ou científico, a dificuldade em identificar plantas em campo, ou simplesmente a falta de comunicação e entendimento entre os pesquisadores e as comunidades indígenas.

Para aprimorar essa discussão em futuros estudos, seria interessante ampliar esse levantamento para toda a bacia do rio Tapajós, especialmente explorando os relatos etnohistóricos disponíveis desde o século XVI na foz do rio Tapajós. Além disso, seria importante realizar estudos sobre o conhecimento tradicional de povos indígenas contemporâneos da região, buscando complementar as informações obtidas em fontes históricas e ampliar nossa compreensão sobre práticas de cultivo, manejo e uso de plantas na Amazônia. A integração de métodos arqueobotânicos e análises de vestígios botânicos encontrados em sítios arqueológicos poderia complementar os registros históricos e oferecer um entedimento das práticas botânicas passadas.

Ao considerar a longa história de ocupação humana na Amazônia, os povos indígenas do alto rio Tapajós destacam-se como arquitetos fundamentais na criação de paisagens moldadas pela presença humana. Além de acrescentar mais uma camada de ocupação a esses territórios, as florestas não escaparam à influência e manipulação dessas comunidades. Essa perspectiva ampliada nos convida a apreciar não apenas a riqueza biológica, porém, também as intrincadas relações humanas que deram forma à agrobiodiversidade amazônica ao longo do tempo, destacando a importância de reconhecer e preservar o conhecimento etnobiológico e as práticas ecológicas desses povos para uma gestão mais consciente e equitativa dos recursos.

É importante destacar que as plantas e florestas possuem um papel ativo nesse processo, como visto nas ontologias indígenas amazônicas (Fausto 2008; Fausto & Neves 2018). A interação complexa entre culturas indígenas e as florestas amazônicas, ao longo de séculos, sublinha a importância de compreendermos o passado e as práticas ecológicas dessas comunidades. Tais práticas oferecem lições que podem orientar a gestão contemporânea da agrobiodiversidade e dos recursos naturais na região, especialmente em face dos desafios crescentes relacionados às mudanças climáticas.

A diversidade, conforme observada em relatos históricos, é fruto de um extenso processo de ocupação na região, indicando estratégias humanas elaboradas para a concentração e aglomeração de recursos. O emprego de tais estratégias não apenas propiciou a garantia de segurança alimentar, mas também é percebido como uma prática de “bem viver” (Acosta 2019; Krenak 2019).

Ao contrário das práticas contemporâneas de monocultura, que se tornaram predominantes nos tempos modernos,

as florestas, desde o período pré-colombiano, exibem uma marcante diversidade na composição vegetal, resultado de contribuições humanas ao longo dos tempos. Ao mesmo tempo que esse modelo diversificado não apenas garante a segurança alimentar, ele também proporciona benefícios a todos os seres vivos das matas. A preservação dessa diversidade e a compreensão das práticas econômicas do passado tornam-se essenciais para assegurar a continuidade do “bem viver” e a prosperidade dos povos e do ecossistema na região do Tapajós.

PINHEIRO, N. C. P. Historical Accounts from the 18th and 19th Centuries: Indigenous Peoples and Plants on the Banks of the Upper Tapajós River. *R. Museu Arq. Etn.* 42: 186-202, 2024.

**Abstract:** This study aims to analyze historical references from the 18th and 19th centuries, exploring the botanical species and agroecological practices of Indigenous peoples in the Upper Tapajós River region. It seeks to establish a dialogue between ethnohistory, ethnobotany, and archaeology to contribute to the understanding of the construction of cultural forests along the Tapajós River. Drawing on examples from Tupi peoples (Apiaká, Kaiabi, Munduruku, and Sateré-Mawé), this study aims to examine the complex relationships between Indigenous communities and agrobiodiversity, highlighting the cultural richness and ancient management systems in the region.

**Keywords:** Cultural forests; Upper Tapajós; Ethnobotany. Indigenous History; Original Peoples.

### Referências bibliográficas

- Acosta, A. 2019. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, São Paulo.
- Aires De Casal, M. 1817. *Corografia brasílica ou relação historicogeográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Majestade fidelíssima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato*. Tomo 1. Impressão Régia, Rio de Janeiro.
- Alves, D.T. 2018. *Dark Earth plant management in the Lower Tapajós*. Tese de Doutorado. University of Exeter.
- Amoroso, M. 2020. A descoberta do manhafã: seguindo as trilhas da floresta com os Mura.
- In: Oliveira, J.C. et al. (org.). *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. Ubu Editora, São Paulo.
- Balée, W. 1998. Historical ecology: premises and postulates. *Advances in Historical Ecology* 13-29.
- Balée, W. 2000. Antiquity of traditional ethnobiological knowledge in Amazonia: the Tupí-Guaraní family and time. *Ethnohistory* 47/2: 399-422.
- Balée, W. 2006. The research program of historical ecology. *Annual Review of Anthropology* 35: 75-98.

- Balée, W. et al. 2020. Ancient transformation, current conservation: Traditional forest management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. *Human Ecology* 48: 1-15.
- Barbosa Rodrigues, J. 1875 *Exploração e estudo do vale do Amazonas: Rio Tapajós*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.
- Bates, H.W. 1914. *The naturalist on the River Amazons*. Dent & Sons.
- Carneiro, R. 1986. O uso do solo e classificação da floresta (Kuikúro). In: Ribeiro, B. (org.) *Suma Etnológica Brasileira*. Vozes, Petrópolis, 47-58.
- Carney, J.A.; Voeks, R.A. 2003. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. *Progress in Human Geography* 27/2: 139-152.
- Cascon, L.M. et al. 2022. Cultivando afetos: uma etnoarqueologia de plantas alimentícias entre os Asurini do Xingu. *Revista Habitus* 20/2: 510-534. <https://doi.org/10.18224/hab.v20i2.12730>
- Clement, C.R. 1999. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. II. Crop biogeography at contact. *Economic Botany* 53: 203-216.
- Coudreau, H. 1977 [1879]. *Viagem ao Tapajós*. Itatiaia, Belo Horizonte; Edusp, São Paulo.
- Cunha, A.M.C. 2017. Traditional people, collectors of diversity. In: Brightman, M.; Lewis, J. (orgs.) *The Anthropology of Sustainability: Beyond development and progress*. Springer, Berlin. 257-272.
- Descola, P. 2003. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: Descola, P.; Palsson, G. (orgs.) *Nature and society*. Routledge, London. 92-112.
- Emperaire, L. 2020. Dissonâncias vegetais: entre roças e tratados. In: Oliveira, J.C. et al. (org.) *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. Ubu Editora, São Paulo, 57-76.
- Fausto, C. 2008. Donos demais: Maestria e domínio na Amazônia. *Mana* 14/2: 329-366.
- Fausto, C.; Neves, E.G. 2018. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarization and biodiversity in the Amazon. *Antiquity* 92: 1604-1618.
- Félix, M.R.S. 2019. *Um estudo Paleobotânico de macrovestígios vegetais do sítio Porto*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará.
- Figueroa, A.L.G. 2016. Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 11: 55-85.
- Furquim, L. 2018. *Arqueobotânica e mudanças socioeconômicas durante o Holoceno Médio no sudoeste da Amazônia*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Florence, H. 2007. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução: Visconde de Taunay. Senado Federal; Conselho Editorial, Brasília.
- Gallois, D.T. 2005. *Redes de relações nas Guianas*. Editora Humanitas, São Paulo.
- Gering E, et al. 2019. Getting Back to Nature: Feralization in Animals and Plants. *Trends in Ecology Evolution* 34/12: 1137-1151.
- Hartt, C.F. 1885. *Contribuição para a Etnologia do Valle do Amazonas*. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. VI, 1-172.
- Heriarte, M. 1874. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*. Vienna D'Austria.
- Horton, D. 1948. The Mundurucu. In: Steward, J. (ed.) *Handbook South American Indians*. Government Publishing Office, Washington, DC. 271-282.
- Krenak, A. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, São Paulo.

- Lins, J. *et al.* 2015. Pre-Columbian floristic legacies in modern homegardens of Central Amazonia. *PLoS ONE* 10/6: e0127067. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127067>
- Levis, C. *et al.* 2017. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science* 355: 925-931.
- Levis, C. *et al.* 2018. How people domesticated Amazonian forests. *Frontiers in Ecology and Evolution* 5: 171.
- Lopes, R. 2021. Crônicas amazônicas e trocas indígenas: caminhos para uma arqueologia documental do Médio Solimões nos séculos XVI e XVII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 36: 162-188.
- Machado, J.S. 2012 *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca*. Tese de doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Machado, J.S. 2014. Temporalidades enraizadas: manejo ambiental e construção social na Amazônia indígena. In: Rostain, S. (Ed.). *Antes de Orellana: Actas del 3º Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Artes Gráficas Señal, Quito, 367-373.
- Santos, G.M. *et al.* 2021. Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 16: e20200012. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0012>
- Santos, G.M. 2016. Plantas e parentelas: Notas sobre a história da agricultura no Médio Purus. Em org. Santos, G.M.; Aparício, M. (orgs.) *Redes Arawa: ensaios de etnologia do médio Purus*. EDUA, Manaus, 19-39.
- Menéndez, M. 1984/1985. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. *Revista de Antropologia* 27/28: 271-286.
- Moraes, C *et al.* 2014. Os artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica dos Tapajó e o muiraquitã. In: Rostain, S. (ed.). *Antes de Orellana: Catas del 3º Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Artes Gráficas Señal, Quito, 133-40.
- Munduruku, J.B. 2019. *Caminhos para o passado: Ocaõ, Agõkabuk e cultura material Munduruku*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.
- Nimuendaju, C. 1948a. The Guajá. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Smithsonian Institution, Washington, 3, 135-136.
- Nimuendaju, C. 1948b. Little-known tribes of the lower Tocantins river region. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Washington, 3, 203-208.
- Nimuendaju, C. 1948c. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Washington, 3, 213-244.
- Nimuendaju, C. 1948d. The Cayabí, Tapanyuna, and Apiacá. In: Steward, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Washington, 3, 307-313.
- Noelli, F.S. 1998. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guaraní de comunidades vegetais no século XVII. *Fronteiras* 2/4: 275-296.
- Noelli, F.S. *et al.* 2019. Nãnde reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guaraní. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 11: 13-45. <https://doi.org/10.26512/rbla.v11i1.23636>
- Oliveira, J. 2008. Social networks and cultivated plants: exchange of planting materials and knowledge. Tipití: *Journal of the Society for the anthropology of Lowland South America* 6/1: 7.

- Pinheiro, N.C.P. 2021. *Arqueobotânica no sítio Terra Preta do Mangabal, região do alto rio Tapajós*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe.
- Politis, G.G. 1996. Moving to Produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia. *World Archaeology* 27/3: 492-511.
- Posey, D. A. 2004. *Indigenous Knowledge and Ethics: A Darrell Posey Reader*. Routledge, New York.
- Posey, D.A. 1986. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: Ribeiro, B. (org.) *Suma Etnológica Brasileira*. Vozes, Petrópolis, 173-188.
- Rocha, B.C. 2017. *Ipi Ocemumuge: A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River*. Tese de doutorado. University College London.
- Rocha, F. 2018. *Agricultura do povo Kaiabi do baixo Teles Pires: Cultivo e coleta de plantas alimentícias*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Shock, M.P.; Moraes, C. 2019. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 14/2: 263-289.
- Stuchi, F.F. 2010. *A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- Schultz, K. 2008. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. *Tempo* 12/24: 5-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000100002>
- Tocantins, A.M.G. 1877. Estudo sobre a tribo "Munduruku". *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 1877. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:tocantins-1877-mundurucu>